O DEMOCRATA

(AVENÇADO)

Semanário Republicano de Aveiro

ANO 37.º — Sábado, 25 de Março de 1944 — N.º 1829

VISADO PELA CENSURA

Redacção e Administração
Rua Miguel Bombarda, 21
Comp. e imp.—IMPRENSA UNIVERSAL
R. Combatentes da G. Guerra — AVEIRO

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e Administrador
Manuel Alves Ribeiro
Correspondência dirigida ao Director
Publicidade Lisboa e Pôrto *Agência Havas*

Falta de espaço

O assunto palpitante da cidade não nos permite ainda hoje a publicação de vários originais em nosso poder. Desculpem os seus autores. Tudo provém da falta de papel e do seu preço, cada vez mais elevado.

EM DEFESA DO PATRIMÓNIO DA CIDADE

O TEATRO AVEIRENSE

pelo dr. Alberto Souto

Os meus artigos surpreenderam inteiramente os aveirenses, e os aveirenses — os que o são verdadeiramente e conscientemente o sabem ser e o querem continuar a ser acima de todos os interesses pessoais e acima de tôdas as deletérias paixões e ambições — ficaram espantados e indignados com as revelações que os mesmos artigos continham. A história e o carácter da instituïção eram totalmente ignorados da geração actual.

Feita a luz nos espíritos, vibraram as almas e eu tive a satisfação imensa de vêr colocarem-se ao lado das minhas ideas nesta questão, espontanea e nobremente, algumas figuras respeitáveis de aveirenses, que os há em tôdas as camadas sociais, dentro e fora da sociedade do Teatro. Um dos mais consoladores aplausos que recebi foi o do sr. desembargador dr. Jaime Dagoberto de Melo Freitas. Melo Freitas é em Aveiro um nome que é um símbolo de dignidade, de seriedade, de civismo e de aveirismo.

—Ninguém sabia nada disso, mas ainda bem que o caso se esclareceu e a questão se iluminou, diziam, aplaudindo, muitos e bons aveirenses.

E assim se gorou a negociata. Gorou-se a negociata preparada à sombra do desconhecimento da história da fundação do Teatro e à sombra da indeferença pública pelos destinos da casa. A grande negociata que devia render de 100 a 200 contos a cada um, está perdida porque é impossível. A opinião pública independente, a opinião dos que se não curvam diante do *Bezerro de Oiro*, esmagaria os negociadores. Ninguém poderia já arrostar com o escândalo ainda que dispusesse de muitos milhares de contos.

Podem, pois, vir para mim com intrigas, doestos e maldades; podem vir com vinganças e com diatribes; a verdade é que o plano de empalmar o Teatro para ganharem uns centos de contos à custa do que outros legaram à cidade, está desfeito. Aparecerá, então, um plano novo, um plano digno, um plano decente, um plano desinteressado? Não pode deixar de ser.

Vem uma direcção competente e honesta capaz de enfrentar os problemas da casa, da propriedade e da sociedade sem entregar o Teatro, de mãos dadas e por artes mágicas, a quem quere que seja que o pretenda explorar em proveito pessoal ou o pretenda distrair da primitiva destinação de interesse público?

Nada temos a dizer.

Os problemas do edifício, que carece de obras importantes sob plano de arquitecto especialisado, e os problemas jurídico, contabilístico e moral da sociedade e da propriedade, exigem estudo demorado e ponderado.

Faz-se êsse estudo com dignidade, acêrto, independência, fora dos interesses e ambições de quaisquer pessoas ou grupos financeiros, com perfeito conhecimento do público e plena garantia da cidade?

Estamos inteiramente de acôrdo, sem prejuízo dos princípios aqui expostos e da doutrina aqui defendida.

Mas se sob a capa de melhoramentos estrondosos voltarem à carga com planos maquiavélicos e com propósitos de negociatas, apropriações particulares e lucros pessoais, há-de haver quem lhes faça frente e os obrigue a voltar atraz.

O Teatro Aveirense fundou-se para o público de Aveiro não foi para o benefício de nenhuma pessoa nem para ganbuça de nenhum grupo ávido de lucros comerciais.

O público para quem êle foi destinado pelos seus fundadores e o povo que trabalhou gratuitamente nos seus fundamentos — cada família da cidade deu para lá um homem ou o valor da sua jorna — êsse público e êsse povo não tem acções de capital mas tem lá o seu principal e grande quinhão. Dêem-se regalias aos accionistas em vez de se darem entradas gratuitas a quaisquer apaniguados, porque, dentro de razoáveis limites, o caso não deixa de ser justo, mas que o grande e principal accionista seja sempre o povo da cidade.

Como consta de um esboço de plano de municipalisação que eu apresentei ao sr. Presidente da Câmara, o Teatro Aveirense pode transformar-se num verdadeiro instituto de fins ideais e morais que tenha a

O sr. Egas Salgueiro solicita-nos a publicação do que segue:

Com os títulos acima indicados, discutiu-se com longa e extenuante insistência, a minha humilde pessoa nas colunas do jornal de V. Ex.ª, tendo sido eu, *exclusivamente*, o objecto de *certos desabafos* que a verdade dos factos não comporta nem justifica, vendo-me na imperiosa necessidade de solicitar as mesmas colunas, sem todavia lhe ocupar todo o jornal, pois tenho como firme a doutrina de que *quem muito fala... pouco acerta*.

Faço-o simplesmente no único propósito de dar uma explicação às pessoas amigas, às das minhas relações pessoais e, sobretudo, à população aveirense, porventura desorientada na apreciação dos factos pelo som adormecedor dos Cantos da Sereia.

Sinto pena de me faltar o engenho para as literaturas e para as artes, podendo assim traduzir com mais elegância, em frase bombástica ou em lapidar conceito, próprios do fogo de vista dos discursos de certos oradores públicos, o sentimento íntimo que neste momento me anima, mas —mau grado meu — tenho que lançar mão apenas da velha e tôsca *prata da casa*.

Pois bem.

A questão do Teatro Aveirense começou a interessar a opinião pública da cidade logo após o falecimento do saüdoso Dr. Lourenço Peixinho. Nessa altura, segundo me constou, esboçou-se a ideia de substituir a sua Direcção, pois aproximadamente catorze anos de gerência consecutiva deviam não só cansar o seu espírito administrativo, como ainda legitimar a sua substituição.

Concordei, em princípio, com aquela tese, sem contudo ter exteriorizado a quem quer que seja a minha opinião, pois os meus afazeres ocupavam-me todas as horas do meu labor profissional.

Nunca mostrei desejos de fazer parte da futura Direcção do Teatro Aveirense, nunca empenhei os mínimos esforços para êsse fim, nunca procurei captar tam pouco a simpatia ou auxílio dos seus accionistas para a minha eleição.

Mas consta-me que se começou a falar no meu nome, a indicar a minha modesta pessoa para o lugar de presidente da referida Direcção, tendo inclusivamente o Ex.^{mo} Sr. Dr. Jaime Duarte Silva, a-pesar-de não termos actualmente relações pessoais, indigitado o meu nome para aquele cargo como pessoa capaz de fazer alguma coisa em benefício do Teatro e, conseqüentemente, do público que o freqüenta.

Nesta orientação, recebi, certo dia, a visita dos Ex.^{mos} Srs. João Ferreira de Macedo, Lucílio Garcia, Dr. Pompeu Cardoso e outros e, com surpresa minha, fui convidado por aqueles senhores a aceitar o lugar de presidente da Direcção do Teatro Aveirense, pedindo-me o consentimento para o meu nome figurar na nova lista a apresentar à votação da sua Assembleia Geral.

Não dei logo o meu apoio e a minha concordância ao seu ponto de vista, pois—não sei se bem, se mal —não costumo ser precipitado ou atrabiliário nas minhas resoluções, como, em regra, sucede com determinados temperamentos.

Só passados alguns dias e depois de intimamente me consultar sôbre se possuía capacidade e tempo bastante para enfrentar proveitosamente a responsabilidade que me advinha por via de tal aceitação, é que me resolvi a dar uma resposta, que foi afirmativa, à amabilidade daquele convite.

De facto, impunha-se ao meu espírito, e creio que ao espírito de todo o aveirense bem intencionado, a necessidade de transformar-se inteiramente o edifício do Teatro, dotando a cidade e, conseqüentemente, o seu público, de uma casa de espectáculos condigna, moderna, cómoda, ampla e necessariamente adequada.

Convidado, pois, por aqueles senhores e outros accionistas para a futura Direcção do Teatro Aveirense —a qual só Deus sabe se será eleita—evidentemente que, animado da ideia e boa intenção de trabalhar, elaborei, a traços gerais, um plano de obras e de iniciativas a apresentar à apreciação e discussão da sua Assembleia Geral, em ocasião oportuna. Ela, depois, em seu alto e justo critério, se pronunciaria sôbre a oportunidade ou viabilidade de tal assunto.

Ora aqui está, fidedignamente e sem artifícios de linguagem literária, como me encontrei envolvido na agora já célebre questão do Teatro, célebre pelo que tem de palpitante para os interêsses gerais da cidade e célebre pelo que representa de paixão partidária de certo sector de opinião.

Portanto, note-se bem: fui convidado para fazer parte dos membros da Direcção do Teatro, não tendo para isso dado o mínimo passo. Nada pedi porque nada queria, nada solicitei porque nada desejava, nada reclamei porque, a-pesar-de malèvolamente se dizer que era urdidura do meu plano de assalto, nunca tive no meu pensamento a mais pequena ideia de dedicar a minha actividade senão às emprêsas que dirijo, administro e me absorvem o tempo.

E' claro que seria necessário e urgente organizar um plano financeiro para a efectivação das obras de transformação e modernização do Teatro, mas o grupo directivo, de que eu viria a fazer parte, tinha projectado, com pontos de vista unânimes, um sistema, que lhe pareceu bem, de realização do capital que comportasse, em certa medida, as despesas e os encargos de tais obras.

Êsse grupo apresentará a lista constituída pelos Ex.^{mos} Srs. Carlos Aleluia, João Ferreira de Macedo, Dr. Pompeu Cardoso, Lucílio Garcia, Ulisses Pereira, Manuel Vicente Ferreira, dr. Álvaro Sampaio, por mim, e ainda pela Câmara Municipal de Aveiro, como Presidente da Assembleia Geral.

Dentro da linha geral do nosso programa de administração, pensavamos apresentar, entre outras, a seguinte proposta à Assembleia Geral:

a)—Aumentar o capital social;

b)—Actualizar os Estatutos, revogando as disposições lesivas de certos direitos dos accionistas, como seja substituição de acções e averbamento das que fôssem recebidas por herança;

c)—Valorizar as acções existentes;

d)—Doação à Santa Casa da Misericórdia, tendo como representante a Câmara Municipal de Aveiro, do lote das acções que não forem reclamadas.

Aquele aumento de capital, feito por nova emissão de acções, elevar-se-ia a uma quantia que atingisse mais ou menos 50 % do valor das obras a realizar, sendo o restante capital, necessário para essas obras, obtido por meio de empréstimo.

A emissão das acções seria uma parte subscrita pelos actuais accionistas, na proporção das suas acções, e a outra parte subscrita livremente por todos os aveirenses que quizessem auxiliar, dêsse modo, as obras a realizar.

Além disso, pagar-se-ia o débito à Santa Casa da Misericórdia, destinando-se a essa Instituição a verba anual de 5 % sôbre os lucros líquidos do Teatro, se a essa Instituïção não conviesse fazer o novo emprêstimo a realizar.

Era êste, em traços largos, o programa que a nós mesmos tínhamos imposto, como resultado da actuação inicial da nossa entrada na Direcção do Teatro Aveirense.

Não existe, pois, da nossa parte—e posso firmemente falar em nome de todos os componentes da nova lista para a referida Direcção, tanto mais que todos são merecedores do respeito público pelo aprumo e dignidade do seu carácter—qualquer baixo intuito de aproveitamento do Teatro «para aumento da sua fortuna pessoal ou para a sua exploração lucrativa».

O nosso plano administrativo é absolutamente honesto e não suporta, tal qual se apresenta a público, o assenhoreamento daquele património, nem os elementos daquela pretensa Direcção, a pesar-do inoportuno e descabido sinal de alarme contido no jornal que V. Ex.ª dignamente dirige, pretendem tomar de assalto o mesmo Teatro, pois não andam nada amestrados em artimanhas de qualquer comércio negro.

O seu programa está de há muito à vista e tem a clareza, o carácter a honestidade dos problemas sérios.

Só uma mal contida má vontade ou má-fé podem insinuar intenções que nunca houve, descobrir habilidades que não existem, patentear acusações não merecidas e que caem por terra à primeira análise consciente e de boa fé.

E, para isso, não será preciso puxar muito os cordelinhos...

Portanto, sem ter grande geito para sacristão e, como tal, tocar a rebate no sino da consciência pública, aqui ficam, modesta e singelamente expostas, a minha atitude e a minha posição no caso do Teatro Aveirense, atitude que já tinha delineado, em conversas, ao Ex.^{mo} Sr. Dr. José de Azevedo, digníssimo Governador Civil de Aveiro, e ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco Soares, não menos digno Presidente da Câmara Municipal desta cidade, patrocinando e defendendo a teoria de se conseguir da Assembleia Geral do Teatro a sua concordância com a proposta a apresentar sôbre o destino das acções de que se não conheciam os proprietários, e que devem representar cêrca de 50 % do capital social, segundo a qual as referidas acções seriam entregues, em propriedade, à Câmara Municipal na qualidade de depositária que é dos bens patrimoniais e espirituais do concelho e, portanto, da Santa Casa da Misericórdia, cabendo, dêste modo, a esta Instituïção de beneficência pública os proveitos resultantes dos seus rendimentos.

Nessas conversas e na realizada ainda esta semana, os Ex.^{mos} Governador Civil e Presidente da Câmara continuaram a manifestar-me o seu apoio moral, e o Sr. Presidente da Câmara ainda o seu apoio eleitoral, embora discorde, em princípio, com a elevação do capital social, mas concorda com a urgente realização de obras no Teatro, para o que dará a sua solidariedade. Mas o que mais me sensibilizou foram as suas manifestas provas de amizade.

Evidentemente que há sempre pequenos detalhes a discutir, detalhes que entre pessoas de boa fé são sempre acordados, e nos quais seria sempre evidenciada a defesa dos interêsses gerais da cidade.

Da proposta a apresentar claramente se vê que doados cêrca de 50 % do capital actual à Câmara Municipal de Aveiro, como depositária dos bens da cidade e, portanto, da Santa Casa da Misericórdia, na nova emissão de capital, a Câmara Municipal de Aveiro poderá subscrever cêrca de 50 % o que equivale a ter o domínio nas Assembleias Gerais.

Será isto um assalto? O cavalo de Troia, tem, pois, de ser procurado por outro lado.

Dou por finalizada a minha explicação e perdõe-me V. Ex.ª ter ocupado algum precioso espaço do seu jornal, mas impunha-se-me o dever de dar uma satisfação às pessoas minhas amigas, às das minhas relações pessoais e, sobretudo, à população aveirense.

Não esqueço a gentileza que V. Ex.ª se dignou dispensar-me dando publicidade a esta minha carta, como não esqueço, isto já não se refere a V. Ex.ª, certas palavras de um bilhete postal que há tempos recebi e em que a pessoa que o subscreve me promete perseguição eterna, quando diz: «E assim será sempre que haja ocasião. Pode, pois, contar *em tudo* com o...» Outras epístolas, com o título de «objurgatórias», se seguiram no mesmo tom, as quais não me mereceram qualquer resposta.

Razão, pois, tinha alguém ao afirmar que o artigo do seu conceituado jornal em vez de se intitular «O Teatro Aveirense» deveria intitular-se «Egas Salgueiro». Mas adiante...

Com os meus agradecimentos, subscreve-me de V. Ex.ª

M.º Att.º Venr. e Obgd.º

Egas Salgueiro

Aveiro, 22 de Março de 1944.

seu cargo a cultura artística do meio sem quebra de harmonia entre os interesses legítimos e ordenados dos actuais detentores de acções e os interesses públicos constantes da destinação primitiva da instituïção.

O sr. Egas Salgueiro é suficientemente esperto para compreender a situação moral e o melindre do problema e para livrar, ainda, o seu nome de milionário de tôdas as ambições indesejáveis. Ele é suficientemente hábil para se desviar do remoinho interesseiro que o arrastava para o abismo moral que eu puz em foco e para transformar o seu projecto de financiamento, tendencioso e inaceitável, de forma a não ser um *Cavalo de Troia*.

Oxalá que assim seja e que esta lhe sirva de escarmenta para nunca mais andar em assuntos de interesse público a manejar cordelinhos suspeitos por traz da cortina e com planos maquiavelicos de caixas encoiradas tendentes a fazer negeciatas com as coisas que não podem negociar-se.

Se alguém se lembrasse de formar um grupo para vender e comercializar a estátua de José Estêvão, os Paços do Concelho, o Jardim e o Parque, o Hospital e a igreja da Misericórdia, o Rocio e o Túmulo de Santa Joana, só porque essas coisas invioláveis e sagradas da nossa terra davam agora muito dinheiro, o sr. Egas com os seus trinta ou quarenta milhares de contos era capaz de chefiar o grupo? E se fôsse, como desta vez foi o chefe do grupo financeiro de açambarcamento do Teatro, a cidade poderia consentir-lho, ajoelhando diante da burra dos seus milhões e pondo-se, lôrpa e estática, muda e quêda, em adoração diante do *Bezerro de Oiro* dos seus grandiosíssimos lucros e dos seus mirabolantes planos?

Não podia ser.

Diz-se que eu ataquei feio e forte o sr. Egas por questão pessoal. Mas quem fez uma questão pessoal comigo foi o sr. Egas porque foi para o campo contrário às minhas ideias de 1943, ideias que eram já do dr. Lourenço Peixinho, do sr. dr. José de Azevedo, do sr. dr. Jaime Silva e de outros aveirenses ilustres como eu indiquei. Eu tenho, é certo, questões pessoais pendentes com o sr. Egas e com um dos seus sócios, pelo muito que maldosamente me teem feito. Avizei mesmo o sr. Egas um dia, em carta escrita e assinada por mim, de que lhe faria oposição e frente, sempre que o encontrasse no meu caminho. Portanto o sr. Egas já sabia que devia contar comigo para obstar a que utilisasse os seus milhões e os seus subditos numa negociata inadmissível para a honra, o brio, a dignidade e os interesses gerais da cidade. Mas eu não ataquei o sr. Egas por êle praticar uma boa acção, nem por tomar uma louvável atitude, nem por chefiar um grupo de beneficência, nem por apresentar um plano desinteressado: ataquei o por causa da escandalosa negociata.

O meu amigo Lourenço Vicente Ferreira andou meses seguidos a buzinar-me ao ouvido a necessidade de reagir contra o que se projectava e êle chamava no seu pitoresco estilo por mim não perfilhado — *a grande ladroeira do Teatro* e apelava para mim, como aveirense e presidente da Assembleia Geral, para impedir o repugnante plano de se meter no bolso dêste ou daquêle o Teatro de Aveiro e para se pôr côbro a certos abusos que escapariam às vistas dos directores bem intencionados.

Quando me chegou aos ouvidos que o sr. Egas também entrava no grupo, mandei o sr. Lourenço — que é sócio do sr. Egas em importantes negócios — avisar o mesmo senhor de que tivesse cuidado porque o seu nome, nesta altura da sua vida, não podia prestar-se a cobrir planos inaceitáveis de melindre público. Mandei-lhe dizer que eu não podia deixar de combater o que se projectava sôbre o Teatro e que, portanto, desejaria que êle esclarecesse o caso e se apresentasse francamente à direcção do Teatro com as suas ideias, porque eu seria o primeiro, como presidente da Assembleia Geral, a estudá-las com boa vontade e de forma a não se levantar qualquer questão desagradável, pois todos os legítimos interesses e bons propósitos se podiam conciliar. Mandei-lhe dizer tudo isto por um amigo meu que era ao mesmo tempo um grande amigo do sr. Egas e um associado dos seus negócios, pessoa, portanto, de sua inteira confiança.

Eu admiti sempre a entrada do sr. Egas para a direcção do Teatro, como há um ano admitia a entrada do seu sócio sr. Lucílio Garcia, entre outras pessoas que merecessem confiança geral, e admitia isto antes de se descobrir o plano maquiavelico do *Cavalo de Troia*. Eu desejava que outras pessoas de geral consideração entrassem para os cargos do Teatro como desejava que para o meu cargo fôsse eleito o sr. dr. Jaime Duarte Silva para se apagarem, de vez, tôdas as questões passadas.

A minha questão pessoal com o sr. Egas, pois, estava arredada no campo dos interesses gerais do Teatro e da cidade, se o sr. Egas tivesse reparado e atendido no meu aviso e se se desligasse a tempo dos planos inconcebíveis e dos propósitos das escandalosas negociatas.

Eu escrevi muito a tempo uma delicada carta ao sr. João Macêdo e ao sr. António Osório e Américo Teixeira pedindo-lhes que desistissem de todos os interesses pessoais e comerciais sôbre o Teatro Aveirense por se se tratar de uma instituïção de interesse público que não podia ser comercialisada.

O sr. Governador Civil chamou o sr. Egas a tempo e horas de êle se desligar das operações inadmissíveis e dos planos tendenciosos.

Eu publiquei o primeiro artigo sem a menor referência pessoal e no mais delicado e cordato tom, fazendo a todos um amigo leal e sincero. Não fizeram caso. Riram-se da minha delicadeza de expressões e da urbanidade e moderação dos meus termos. Que tinham a maioria e que haviam de fazer um grande negócio!

Veio então a lume o nome do sr. Egas porque se apresentou êle mesmo como chefe do grupo. E eu havia de poupá-lo só por êle ser o sr. Egas, possuidor de trinta ou quarenta milhares de contos? Havia de dobrar o joelho das minhas ideias anteriormente expotas, o joelho da minha consciência diante do *Bezerro de Oiro*, dos milhões do sr. Egas?

Não, não podia ser. Seria isso em mim uma covardia e imbecilidade e seria uma verdadeira traição aos deveres do cargo que me estava confiado, às ideias postas publicamente em 1943 e ao respeito que devo ao bom nome e aos interesses morais e materiais da cidade.

Ataquei então e ataquei vehemente o chefe do grupo, o autor do plano, mas ataquei com luva branca e com verdade absoluta. Cumpri o meu dever; creio ter servido a houra de Aveiro como o demonstram os inúmeros e desinteressados aplausos que tenho recebido de pessoas dignas que nada me devem e de mim nada podem esperar nem receber. Estou satisfeito e a minha satisfação íntima é tão completa quanto **é certo que não tenho no Teatro nenhum interesse pessoal como não tenho interesse nenhum pessoal em nenhum negocio de nenhum teatro desta ou doutra terra.**

Digo isto como aviso para que não se queixem depois, se persistirem nas infâmias, e eu lhes chegar feio e forte. Não venham depois com a desculpa de que eu faço questões pessoais!

* * *

Que a minha teoria do carácter público da instituição do Teatro não tinha razão de ser e que a história não é verídica!

Coitados dos clientes, servidores, sócios e associados, dependentes e empregados do sr. Egas! Hão de comer muito sal antes de me apanharem em falso em afirmações desta natureza!

O sr. Presidente da Câmara foi aos documentos do arquivo municipal e pôz tudo em pratos limpos. Sem prévio intendimento, chegamos à mesma conclusão. Os documentos vieram provar tudo quanto eu afirmára. Vejamos. Vejamos o último número do *Correio do Vouga*. O artigo intitula-se *Ainda a propósito do Teatro Aveirense*. E' evidentemente um artigo do próprio sr. Presidente da Câmara.

Querem vêr que o sr. dr. Francisco Soares está a soldo dos sócios do novo teatro!?

Diz o *Correio do Vouga*:

«Na última reünião da Câmara foi resolvido, por proposta do seu presidente, e em conseqüência da resolução tomada pelo Conselho Municipal, conforme noticiamos, adquirir acções do Teatro Aveirense, por compra ou doação, para aumentar o património municipal e, além disso, chegar por uma forma suave e amigável à Municipalização do Teatro.

E' interessante transcrever aqui, para esclarecimento da história da construção do Teatro Aveirense, alguns dos «considerandos» que justificaram a proposta.

Diz-se aii que a fazer-se o aumento projectado do capital da Sociedade Teatro Aveirense, o Município perde todos os direitos que tem sôbre a mesma Sociedade, direitos de principal accionista e direitos morais que lhe foram legados por antepassados ilustres e valorosos, porque:

a) A construção do Teatro Aveirense foi iniciada pelo Município tendo por base a doação que a Fazenda Nacional fez *à Câmara e habitantes de Aveiro* de uma casa, sita na Rua dos Mercadores, para ali ser construido um teatro (Carta de lei de 19 de Agosto de 1853) casa que, por não se prestar ao fim em vista foi, por determinação legal, substituída por outra, adquirida pela Câmara, situada no local onde hoje se encontra o teatro.

b) A Câmara havia dispendido já, em 1864, com a construção a que se obrigou, dois contos e trezentos mil reis — importante quantia para essa época e para o Município de Aveiro.

c) As Câmaras dessa época, assoberbadas com enormíssimas despesas obrigatórias que lhes absorviam todos os parcos créditos, nunca poderam conseguir disponibilidades para a conclusão da obra, e, assim, depois de gastos os dois contos e trezentos mil reis, a obra esteve paralisada por mais de 20 anos. E por êsse motivo a Fazenda Nacional quiz rehaver o prédio doado.

A Câmara representou então a Sua Majestade, o Rei, em 6 de Agôsto de 1864, pedindo a sua real clemência para mandar sustar a ordem, justificando-se, quanto à não conclusão das obras do teatro, por falta de recursos.

d) A Câmara de 1879, presidida por Sebastião Lima, depois de ter feito algumas expropriações para melhorar o acesso ao futuro teatro, e não tendo possibilidades financeiras de realizar o tão ambicionado melhoramento, resolve entregar a conclusão de uma *obra tão necessária e tão útil à cidade... principalmente pelo muito que concorre para amenizar e corrigir os costumes, desenvolvendo a instrução, para o que o Município, como representante da cidade, deve concorrer... a uma Comissão que se propõe construir o referido teatro cedendo lhe para êsse destino o dito terreno e o princípio da construção ali existente, ficando com participação nêle, correspondente ao capital gasto, embora tenha de o acrescentar com um subsídio da sua receita.* (Acta da sessão da Câmara realizada em 5 de Junho de 1879).

Friza-se, nos «Considerandos» da proposta, que pela maneira, como foi obtido o capital para a conclusão do Teatro — entrega de acções de uma «Sociedade Construtora do Teatro Aveirense» às figuras mais distintas e abastadas da cidade, a tôda a Família Real, aos vultos mais eminentes na política, ao comércio relacionado com a praça de Aveiro e, ainda, *concorrendo os habitantes da Cidade com grande parte do trabalho braçal* (citada acta de 5 6 1879) — tudo indica que se tratava de uma subscrição pública a favor do Município.

Friza-se ainda que a venda de algumas das 720 acções, que em 1883 representavam a participação do Município on Capital da Sociedade, foi devida a grave crise que as finanças municipais estavam atravessando, mas ainda assim, para salvar a honra e o património do Município, se declarava, na sessão em que foi resolvida essa venda e nos «considerandos» que a justificavam, *que tendo sido a Câmara a maior subscritora do fundo social do mesmo teatro, e sendo por isso a que maiores interêsses a êle tem ligados, não convem que os abandone e perca os direitos que sôbre êles lhe assistem em face dos respectivos estatutos.* (Acta da sessão de 18 de Janeiro de 1883, presidência de Manuel Firmino de Almeida Maia).

Por tôdas estas razões se vê, diz a proposta a que nos estamos referindo, que o Teatro Aveirense deve ser considerado *propriedade da Cidade de Aveiro*, e não pode nem deve a actual Câmara consentir que por qualquer forma se aliene uma herança tão importante e digna da maior gratidão dos Aveirenses para com as gerações que lha legaram.

A Câmara, diz ainda a proposta, necessita de sala própria para dar cumprimento às suas obrigações respeitantes à cultura e instrução populares, e deve procurar readquirir a posição que já em tempos teve na Sociedade do Teatro Aveirense sem provocar conflitos, sem fazer reviver as pugnas da política local para que as Assembleias Gerais da Sociedade tanto contribuiram, antes mostrando aos actuais accionistas (a maior parte dêles possuidores de um limitadíssimo número de acções!) por meios suasórios, que à Câmara só interessa a suprema defesa dos interêsses do Município — que foi sempre, e é ainda o maior accionista do Teatro.»

* * *

Voltemos à questão das acções anuladas.

Eu já disse que à sombra do artigo 15.º dos estatutos de 1914 se anularam nada menos de 1020 das 2.000 acções emitidas ou sejam dois terços das acções nominativas e averbadas. A negociata contava com isso. Contava apoderar-se do valor morto dessas acções anuladas.

Ora entre os accionistas cujas acções se tinham anulado contam-se nomes como estes:

O rei D. Luiz de Bragança com 10 acções; a rainha D. Maria Pia de Saboia com 5 acções; o infante D. Augusto com 4 acções; o infante D. Fernando com 6 acções; a Misericórdia de Aveiro, com 13; o Barão de Recardães, com 4; Anselmo José Brancaamp com 4; Eduardo Coelho, com 2; Henrique Burnay, com 5; Francisco Matoso, com 1; Lobo de Avila, com 1; Maria José Vilhena de Almeida Maia Magalhães, com 12; dr. Joaquim Mariz, com 2; Visconde de Valdoeiro, com 1; Alexandre de Seabra, com 1; Visconde de Aguieira, com 1; Carlos Relvas, com 1; Visconde de Azinheira, com 25; Sebastião de Carvalho e Lima, com 10; Araujo e Silva, com 10; Lourenço de Almeida e Medeiros, com 10; Viúva Barbosa e Filhos, com 20; Manuel da Rocha, com 10; Casemiro Barreto, com 20; Pedro Calixto, com 10; Francisco António do Vale Guimarães, com 3; Dr. Joaquim de Melo Freitas, com 5; José Dias Ferreira, com 20; etc., etc.

Era com a herança dêstes accionistas e de muitos outros falecidos que o grupo financeiro contava ganhar uns centos de contas!

São 1020 essas acções. Era lícito, era honesto, era digno que alguém fizesse uma negociata com essas 1000 acções cujo dinheiro constituiu uma dádiva à cidade? Podia admitir-se, podia tolerar-se, podia consentir-se sem uma grande vergonha para esta terra, sem um grave escândalo da consciência pública? Sem se virar dos pés para a cabeça o nosso honroso e honrado brazão? Não havia de erguer-se uma voz nem levantar-se um protesto? Não era possível. O exemplo terrível frutificaria. Dentro em pouco vendia-se a casa da Câmara. Punha-se em almoeda a estátua de José Estêvão. Rifavam-se as bombas e os carros dos Bombeiros. Trocava-se a patacos a igreja da Misericórdia. Vendia-se aos retalhos o parque e o jardim. Aforava-se o Rocio. Leiloava-se o túmulo de Santa Joana. Comercializava-se o Hospital. E repartia-se o produto de tudo isso... por um grupo financeiro!

Isso agora paga-se bem... Era tudo um verdadeiro negócio da China, exactamente como o do Teatro. Podia ser?

* * *

Disse e repito que não tenho no Teatro Aveirense o mais insignificante interêsse pessoal.

Pessoas que nobremente me deram o seu valioso e desinteressado apoio como os srs. drs. Jaime Duarte Silva e Jaime Dagoberto de Melo Freitas declararam oferecer, no momento oportuno, as suas acções ao interêsse público da cidade. E' um nobre exemplo a seguir. Eu faço o mesmo, no momento oportuno. A questão está ganha na consciência geral do público aveirense.

Nada mais quero do que o prazer do dever cumprido. E o Teatro Aveirense não será metido no bolso por ninguém!

Peçam votos e obriguem votantes. Ganhem as eleições à vontade. Não lhes disputo cargos nem primazias. O que desejo é que o Teatro Aveirense nunca deixe de ser o — teatro da cidade!

Livros

Contos Bulgaros

Eis um novo volume, recebido da Editorial Gleba, e que a sr.ª D. Maria da Conceição Magalhães traduziu, encontrando-se à venda, por diminuto preço, ao alcance de tôdas as bôlsas, nas livrarias.

Agradecemos a oferta.

Tuna Académica

E'-nos comunicado que vem no dia 31 a Aveiro dar um sarau a Tuna Académica da Universidade de Coimbra, de honrosas tradições, pelo que lembramos à nossa academia o tempo em que a mesma era recebida com manifestações de simpatia e caloroso entusiásmo.

Por nós, acompanha-la-emos se isso resolver.

Naufrágio

Ao norte de S. Jacinto deu à costa, na manhã de quarta-feira, uma traineira espanhola, cuja tripulação, composta de 22 homens, se salvou a nado.

O barco considera-se perdido.

Feira de Março

Oficialmente, abre hoje o mercado anual do Rossio, que, como de costume, se prolongará até igual data do mês de Abril e muito concorre para animar a cidade.

Não nos sobrando espaço para uma notícia desenvolvida, diremos que o número de feirantes é elevado em todos os ramos de negócio, que há bastantes e variados divertimentos e que o amigo Casal das *farturas* marca, no lugar próprio, a sua posição de destaque.

O canal da ria, desde ontem que também se acha pejado de barcos de diferentes tamanhos e feitios para a venda.

A PRIMAVERA

Entrámos esta semana na quadra mais linda do ano. E' a primeira estação. Com ela vem a renovação da Natureza e a vida enfeita-se e envolve-se dos mais variados perfumes, que brotam das flôres e se espalham como os raios do Sol por todo o orbe terrestre.

Bem vinda!

Aos nossos assinantes

Pedimos o favor de não deixarem devolver os recibos apresentados pelo correio, tendo em atenção o aumento de despeza que isso nos acarreta e bem assim o trabalho administrativo do jornal, que não é pequeno.

Agradecemos.

Notas Mundanas

Aniversários

Fazem anos: hoje, o sr. António Andrade, comerciante local, e o menino Raúl de Oliveira Lemos, filho do sr. Abel de Lemos, ausente em Cassequel (Angola); amanhã, a graciosa tricaninha Carolina de Lemos; no dia 27, a gentil Maria Helena Campos Corte-Real, filha do sr. Luís Côrte-Real; em 28, a sr.ª D. Lígia Ala dos Reis, interessante filha do sr. Domingos João dos Reis Júnior, farmacêutico no Entroncamento, e o sr. Lino Costa, ajudante no consultório dentário do dr. Pompeu Cardoso; em 29, as srs.as D. Maria José Pinheiro da Cunha e D. Benilde Almeida Graça, esposas, respectivamente, dos srs. capitão Manuel Lourenço da Cunha e Telmo da Graça e Melo, chefe da Estação Postal de Arouca, e os srs. António Vicente Ferreira, tesoureiro da Câmara Municipal, e João Mendes Leite de Almeida, filho do sr. general João de Almeida; e em 30, a sr.ª D. Irene dos Santos Cruz, professora oficial e esposa do sr. Francisco Simões Cruz, empregado na Agência do Banco de Portugal.

Casamentos

Na igreja de S. Gonçalo efectuou-se, domingo, o enlace matrimonial da sr.ª D. Lídia Ferreira da Costa, gentil filha do sr. Armando Ferreira da Costa, empregado na Agência do Banco de Portugal, com o sr. Alberto Carlos Mendonça e Silva, também funcionário daquela casa bancária, mas actualmente em Lisboa onde presta serviço como furriel miliciano.

Tiveram por padrinhos a sr.ª D. Maria do Céu da Naia Santos e o sr. Ricardo Mendes da Costa e esposa, assistindo outros convidados, aos quais foi depois oferecido um fino copo de água que serviu de pretexto a serem enaltecidos os predicados que reunem os noivos e são a garantia duma felicidade perpétua.

Foram-lhe oferecidas numerosas prendas, tendo os recem-casados seguido, no mesmo dia, para a capital, onde temporariamente passarão a residir.

Felicitando-os, muito estimamos que o seu regresso a Aveiro, onde contam inúmeras simpatias, devido à nobresa de sentimentos de que são dotados, se não faça esperar, consoante os seus desejos.

—Na Sé Catedral também no mesmo dia realisou, com carácter muito íntimo, o consórcio da interessante tricaninha Conceição Costa Freitas, filha do saudoso Firmino Costa, com o sr. António dos Santos Gomes, da próxima vila de Ílhavo.

Assistiram apenas pessoas de família e da maior intimidade dos nubentes que muito estimamos ao unirem o destino das suas vidas ao dos seus corações, que uma estrela os guie pela estrada da felicidade.

A noiva, que conhecemos desde criança, distingue-se pela sua graciosidade e impõe-se pela sua honesta conduta, possuindo ainda outros dotes de espírito que hão-de contribuir para que ao novo lar esteja reservado um futuro venturoso.

Oxalá assim aconteça.

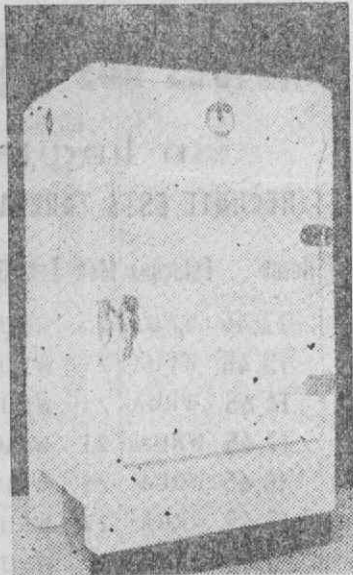
Gente nova

Em Coimbra teve o seu feliz sucesso, dando à luz uma menina, a sr.ª D. Irene da Conceição Estima Martins, esposa do sr. António Augusto Martins, empregado nos escritórios da Vacuum Oil Company daquela cidade.

Partidas e Chegadas

Sendo colocado como 1.º oficial da Direcção de Finanças, veio de novo residir para Aveiro o sr. João de Faria e Silva, que durante o tempo que aqui chefiou a Secção soube conquistar simpatias, devido à forma como se conduziu no exercício das mesmas funções.

Apresentamos-lhe cumprimentos.

—Regressaram a esta cidade da sua viagem de núpcias o sr. João Lapa de Oliveira e esposa, a sr.ª D. Elisete Aleluia, a quem cumprimentamos.

Club Mário Duarte

Completa no próximo mês 40 anos êste grémio de distintas tradições e em cujas salas se têm realizado as mais elegantes festas de Aveiro, estando a direcção empenhada em comemorar o aniversário com um baile de gala na noite de 8, abrilhantado pela Orquestra Jazz Columbia, de Espinho.

Trucidado pelo combóio

A pouca distância da passagem de nível de Esgueira, foi colhido, na madrugada de domingo pelo combóio-correio que seguia para o norte, o comerciante João Rodrigues Cardoso, que desde há tempos vinha sofrendo de desarranjo mental.

O desventurado contava 43 anos deixando mulher com cinco filhinhos em precárias circunstâncias.

Mocidade Portuguesa

—o—

Como já foi noticiado, vai realizar-se, em fins de Maio, em Lisboa, um Acampamento Nacional, em que tomarão parte filiados de todo o país.

A Ala de Aveiro far-se-á representar por cêrca de 130 vanguardistas e cadetes, que constituem uma classe especial de ginástica, grupos desportivos, grupos corais e de dansa e ainda grupos folclóricos com trajos regionais.

Está projectado um Acampamento-Treino para princípios de Abril, nos arredores da cidade, em que tomarão parte todos os filiados que se hão-de deslocar a Lisboa.

Êste acampamento está a ser preparado pelo sr. prof. de Educação Física do Liceu, que é o Dirigente da M. P. escolhido para acompanhar os rapazes à capital.

Todos os Centros estão a trabalhar com entusiásmo afim de que a representação da Ala n.º 1 se apresente condignamente.

Horário dos combóios

Partidas para o norte	Partidas para o sul
5,27 (correio)	0,24 (correio)
6,20 (tram.)	7,48 (tram.)
6,54 (tram.)	11,15 (»)
12,05 (tram.)	15,41 (tram.)
13,23 (rápido)[1]	19,34 (rápido)[1]
17,24 (tram.)	21,52 (recov.)
20,40 (»)	Do Porto chega um tram. ás 21,07 que não segue.

(1) Ás terças e sextas-feiras.

Linha do Vale do Vouga

PARTIDAS	CHEGADAS
8,04	10,48
13,50	15,20 (1)
16,20 (1)	19,11
19,42 (2)	23

(1) A's terças e sextas-feiras.
(2) Só até à Sernada.

Visitai o Parque da Cidade

O Democrata vende-se no *Estanco Flaviense*, Rua dos Mercadores.

«O Democrata»

ASSINATURAS

(Pagamento adiantado)

Portugal (Ano) .	30$00
Semestre . . .	15$00
Colónias (Ano) .	30$00
Estrangeiro (Ano)	40$00
Número avulso .	$60

ANÚNCIOS

Mais duma publicação, contrato especial.

Comarca de Aveiro
Éditos de 30 dias

2.ª Publicação

Pelo Juízo de Direito da 2.ª Vara desta comarca de Aveiro — primeira secção — correm éditos de 30 dias, a contar da segunda e última publicação dêste anúncio, citando o réu José Nunes Rafeiro, divorciado, ausente em parte incerta da República do Brasil, mas com último domicílio no lugar da Chousa Velha, freguesia de Ílhavo, desta comarca, para, no praso de 10 dias, posterior ao dos éditos, impugnar, querendo, a acção sumária que lhe move a autora Angelina de Jesus Lopes, divorciada, doméstica, do lugar de Verdemilho, freguesia de Aradas, desta mesma comarca, sob a cominação legal, ou seja de ver julgada extinta a obrigação que serviu de base ao registo das hipotecas que o dito réu fez registar a seu favor na Conservatória do Registo Predial desta comarca, nos prédios descritos sob os números 33.103, 33.104 e 33 105, respectivamente a folhas 1 v, 2 e 2 verso do Livro B-88, e, como consequência, o cancelamento das respectivas inscrições hipotecárias.

Aveiro, 9 de Março de 1944

Verifiquei.

O Juiz de Direito da 2.ª Vara
A. Fontes

O Chefe da 1.ª Secção,
António A. dos Santos Vitor

NECROLOGIA

Cansada de sofrer, pois há longos meses que se encontrava prêsa ao leito com uma grave enfermidade, finou-se na noite de segunda-feira, Maria de La-Salete da Cruz Rachão Trindade, que ùltimamente estivera em Agueda, em tratamento.

Contava 37 anos, era filha do falecido negociante sr. César da Cruz Bento, deixando viuvo o sr. Mário Moreira Trindade com três filhos menores.

O seu entêrro efectuou-se com grande acompanhamento para o cemitério central, ficando o cadáver depositado em jazigo de família.

A quantos pranteiam a morte da inditosa Maria de La-Salete, que tantas saùdades deixa, e especialmente a Mário Trindade, as nossas condolências.

* * *

No Pôrto morreu sùbitamente na flôr da idade o sr. António Augusto Pinto Coelho do Amaral, que há meses completara o curso de engenharia na Faculdade Técnica daquela cidade.

O extinto, que contava 23 anos, apenas, era filho do sr. dr. Alexandre do Amaral, professor do nosso Liceu.

* * *

Faleceram mais: nesta cidade, Ana da Piedade Pais de Almeida, de 90 anos, casada com o sr. Artur Pais; Rita da Cruz Pacheco, viuva de 74 e Maria do Ceu da Silva, de 22, natural de Ovar e casada com o sr. Pedro dos Santos Moreira, e em *S. Tiago*, António Gonçalves Rei, casado, de 67.

Correspondências

Costa do Valado, 23

Encontra-se de cama em virtude dum desastre de automóvel sucedido na noite de sábado, quando regressava à sua casa de S. Bento, o sr. Francisco Cardeal, que está sendo tratado pelo médico da localidade, sr. dr. Carlos Vidal.

As pessoas que o acompanhavam sofreram também ligeiros ferimentos.

Lamentamos o sucedido.

C.